



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2005/2009**

ACTA NÚMERO VINTE E UM

----- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA 9 DE JUNHO DE DOIS MIL E NOVE. -----

----- Aos nove dias do mês de Junho de dois mil e nove, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto um do artigo quadragésimo nono da lei número cento e sessenta nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **Ponto Um) – Apreciação e votação da acta da reunião ordinária de vinte e quatro de Abril de dois mil e nove. -----**

----- **Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----**

----- **Ponto Três) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

----- **Ponto Três Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----**

----- **Ponto Três Ponto Dois) – Apreciação e Votação da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano de dois mil e oito. -----**

----- **Ponto Três Ponto Três) – Apreciação e Votação da Modificação número: onze – Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número três do ano financeiro de dois mil e nove. -----**

- **Ponto Três Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Modificação número: onze – Revisão ao Orçamento da Receita número quatro do ano financeiro de dois mil e nove. -----**

Ponto Três Ponto Cinco) – Apreciação e Votação da Modificação número: onze – Revisão ao Orçamento da Despesa número três do ano financeiro de dois mil e nove. -----

Ponto Três Ponto Seis) – Apreciação e Votação do Projecto de Regulamento das Piscinas Municipais e dos Campos de Ténis de Vimioso. -----

Ponto Três Ponto Sete) – Apreciação e Votação do Projecto de Regulamento do

Parque de Campismo e Caravanismo de Vimioso. ----- Ponto Três Ponto Oito) – Apreciação e Votação da Proposta de Constituição de Sociedade da Hidroequador – Exploração de Centrais Hidroeléctricas, Lda. -----

----- Ponto Três Ponto Nove) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- Ponto Quatro) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dado início à sessão tendo passado a palavra à senhora segunda Secretária para verificação das presenças. Compareceram os senhores: José António Cerqueira da Costa Moreira, José Carlos Vaz Gonçalves, Vítor Pereira Paiva Nogueira, Norberto Francisco Machado da Veiga, António Eduardo Frias Martins, Aníbal Alves do Rosário, Ilda de Fátima Fernandes Martins, José Luís Pires Rodrigues, Luís Ventura Diz, Acácio António Afonso Fernandes, Manuel João Ratão Português, Nuno dos Santos Penascais Martins, Manuel Fernandes de Oliveira, Luís Manuel Tomé Fernandes, Vítor Manuel Fonseca Pires, António Augusto Xavier Alves, José Maria João de Quina, Maria Odete Castro, Domingos David Sardi- nha Pimentel, Marcolino Rodrigues Fernandes, António Bartolomeu Vaz Carva- lho, Carlos Manuel Pinto de Oliveira, Emídio Martins Domingues, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado, e Manuel Delfim Martins Miranda -----

Registaram-se as faltas do senhor César Manuel Veiga Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Matela, e dos senhores deputados, Paula da Felicidade Ferreira Martins e Faustino dos Santos Tomé Gonçalves Pissarro. ----- Estive- ram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei núme- ro cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, O Senhor Presidente da Câmara José Baptista Rodrigues e os Senhores Vereadores, António Jorge Fidalgo Martins, Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes e José de Jesus Cepe- da Prada. -----

Ponto Um) Apreciação e Votação da acta da reunião ordinária de vinte e quatro de Abril de dois mil e nove. -----

Inter- veio o senhor deputado José Luís Rodrigues. Referiu-se à intervenção do senhor deputado Aníbal do Rosário, a propósito da Unidade de Cuidados Continuados.

Disse que não tinha estado na sessão em causa mas, caso tivesse estado responderia afirmando que o senhor deputado não conhecia muito bem a tipologia da Unidade que se trata. Sublinhou que a Santa Casa da Misericórdia de Vimioso está muito atenta a todas as possibilidades de financiamento. Agradeceu em nome da Santa Casa os donativos já atribuídos pelas Juntas de Freguesia de Vimioso e Avelanoso renovando, às restantes Juntas o pedido para que contribuam com o que puderem pois que, trata-se de uma obra para todo o concelho. Informou que este pedido de apoio decorria do facto de os custos da obra terem ultrapassado o previsto, situação decorrente do facto de o projecto ter sido feito segundo uma legislação sendo que esta foi alterada, donde foi necessário em obra, fazer ajustamentos, facto que provocou maiores custos. ----- Não tendo havido mais intervenções a acta foi colocada à votação tendo sido aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores deputados José Luís Rodrigues e Manuel João Ratão Português que justificaram o seu sentido de voto pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a acta se reporta. -----

----- **Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** ----- Interveio o senhor deputado Acácio Fernandes. Felicitou o Águia Futebol Clube por ter estado, mais uma vez, presente na final da Taça da Associação de Futebol de Bragança, sendo que, mesmo não tendo saído vencedor tinha todo o mérito em ter chegado à final. Referiu-se à lei dos Poços (transposição de uma directiva Comunitária) para mostrar o seu descontentamento / dificuldade em compreender o alcance e a aplicabilidade da referida lei, designadamente as penas previstas para quem não registar / declarar os poços, fossas, minas, enfim qualquer exploração de água. Considerou burocrático e desajustado todos os trâmites do processo questionando se a Câmara ou a Associação de Municípios estavam a pensar em criar gabinetes de apoio para responderem à dificuldade dos proprietários dos poços em proceder ao seu registo. Terminou dizendo que uma lei destas só num país virtual! ----- A propósito da lei dos poços interveio o senhor deputado António Frias. Relatou a sua própria experiência, tendo concluído que o processo de registo dos poços não era tão burocrático como referira o senhor deputado Acácio Fernandes. Informou que telefonara para Mirandela donde lhe disseram para consultar o endereço electrónico www.arhnorte.pt, imprimir o respectivo impresso, preenchê-

lo e enviar para a ARH-Norte. ----- No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara informou que a Câmara Municipal disponibiliza todo o apoio a quem o solicitar designadamente no fornecimento da cartografia e ajuda técnica no preenchimento dos impressos. ----- Na sua intervenção, o senhor deputado Vítor Paiva referiu que o alargamento do prazo por mais um ano (para o registo dos poços) deve-se ao facto de a lei não estar ainda regulamentada. Considerou que o registo dos poços levanta a questão relacionada com o registo da propriedade ou seja o registo do poço só pode ser feito se a propriedade se encontrar registada. ----- Interveio o senhor deputado Aníbal do Rosário. Relativamente à intervenção do senhor deputado José Luís acerca da acta (e da sua intervenção relativa à Unidade de Cuidados Continuados) esclareceu que nunca pretendia dizer ou insinuar que a Santa Casa da Misericórdia de Vimioso não sabia, ou não tinha recorrido a fontes de financiamento, pelo contrário, sugeriu a possibilidade de candidaturas à CORANE, tendo dito, ainda que as Juntas de Freguesia dificilmente poderiam contribuir dada a dificuldade financeira com que vivem, devendo os pedidos dirigir-se à sociedade civil até porque os donativos podem ser descontados no I.R.S. dos doadores no âmbito da política e lei do Mecenato. Referiu-se à lei dos poços considerando-a de absurda, de difícil execução prática atendendo à formação e idade da maior parte dos proprietários. Estabeleceu uma analogia com a prática popular de fazer aguardente, matar o porco ou a galinha, isto é práticas ancestrais enraizadas na cultura dos povos e que à força da lei querem acabar com elas. Concluiu dizendo que tudo isto era um convite ao não fazer nada porque o Estado Social garantirá tudo a todos. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, Domingos Pimentel, sugeriu, ainda acerca da lei dos poços, que, uma vez que a Câmara se disponibiliza para apoiar os proprietários, fosse feito um edital e colocado nos lugares de estilo, a fim de poder informar os munícipes. -----

Interveio o senhor deputado José Luís. Relativamente à Unidade de Cuidados Continuados designadamente à intervenção do senhor deputado Aníbal do Rosário, disse que este apenas tinha tentado forjar desculpas, na medida em que, a acta referia que o senhor deputado aconselhara a Santa Casa a recorrer ao QREN e à CORANE e não ao Mecenato. Recordou que na construção do Hospital concelhio em mil novecentos e sessenta e cinco a sociedade civil tivera

uma grande participação, donde não aceitava que o senhor deputado viesse aconselhar a Santa Casa da Misericórdia a fazer desta ou daquela forma. Quanto à lei dos poços, considerou-a uma boa lei, sendo que, na sua opinião o mais importante não é registar os poços mas sim protegê-los, ou seja colocá-los em segurança relativamente a pessoas e animais. ----- No uso da palavra o senhor Vice-Presidente referiu-se à acta e às intervenções feitas pelo senhor deputado José Luís. Sublinhou que a cata era um resumo da reunião. Referiu que o senhor deputado Aníbal do Rosário apenas fizera sugestões tendo mesmo sido dado esclarecimentos acerca das mesmas, donde o senhor deputado José Luís, até porque nem estivera presente, estava a ser muito redutor relativamente à análise dos factos. Referiu ainda que havia deputados que disseram uma coisa e, acerca do mesmo assunto, escreveram outra. Reforçou a disponibilidade da Câmara Municipal na ajuda aos proprietários dos poços sublinhando que terá de ser feito um trabalho de parceria entre proprietários, Câmara e Ministério da Agricultura (através do serviço sediado em Vimioso). -----

----- O senhor deputado António Frias interveio, tendo apresentado dois assuntos: primeiro alertou para o perigo que representa um poço na estrada nacional à saída de Vimioso para Caçarelhos (em frente à casa do Filipe) considerando que deveria ser alertada a Estradas de Portugal pois que, com o crescimento da erva, que encobria o poço, maior ameaça este coloca. Segundo: “no anterior regime camarário era hábito lerem as contas dos fornecedores do concelho de Vimioso. Esse hábito desapareceu e há fornecedores que se queixam que nem um prego lhe é gasto neste mandato pela Câmara Municipal. Se calhar antes dizia-se, por exemplo no caso do Moisés Guerra, que era a pessoa mais favorecida ou a quem se gastava mais. Essa pessoa diz que neste mandato nem um prego lhe foi gasto. O senhor Presidente foi eleito com o voto dos cidadãos, está a reger aquilo que eu desconto e deve ser equitativamente ou minimamente equitativo”. -----

----- Em resposta, o senhor Vice-Presidente fez a seguinte intervenção: “ó senhor deputado António Frias vamos lá a ser rigorosos nas coisas. Está aqui um ex-vice-Presidente da Câmara Municipal. Nunca em nenhuma Assembleia Municipal, das que eu frequentei, se disse que se gastava isto ou aquilo a A, B, ou C. Foi-lhe distribuído este documento (informação escrita). você tem-no aí. Nos anteriores mandatos nunca nos foi distribuído e você sabe disso. Portanto

em termos de transparência não recebemos lições porque em anteriores mandatos a informação escrita do senhor Presidente da Câmara nunca tivemos acesso a ela, tendo-a pedido por escrito. Agora o que eu lhe digo é que se quiser ter acesso às requisições e tudo mais ser-lhe-á facultado, qualquer deputado municipal faz o requerimento e é-lhe facultado”. ----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina questionou em que ponto estava o canil considerando urgente a sua entrada em funcionamento, pois que, na sua freguesia existiam cães abandonados que punham em risco as pessoas e os seus haveres. Continuou, solicitando os respectivos esclarecimentos à Câmara e ao senhor deputado Vítor Paiva: “ vieram-me dizer, e eu assumi o caso como certo, quando a Câmara cedeu a casa de produtos regionais para a sede da Junta de Avelanoso, que o Dr. Vítor Paiva ficou muito indignado, mas muito indignado, e eu gostaria de saber se isso é verdade e porquê? Também me disseram que o edifício, nas finanças, ainda continua no nome do Dr. Vítor. Gostava que isso fosse esclarecido.”----- Para responder foi dada a palavra ao senhor Vice-Presidente. Informou que, efectivamente o senhor deputado Vítor Paiva doara uma casa à Câmara para aí instalar um posto de venda de produtos regionais. Solicitou aos serviços a respectiva documentação que fez entregar ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, que atesta essa doação. Quanto ao facto de o prédio ainda não estar no nome da Câmara, esse facto / falha deve ser imputada à Câmara e não ao senhor deputado Vítor Paiva. Relativamente ao canil informou que estava praticamente concluído estando mesmo a ser adquirido o respectivo equipamento. -----

----- O senhor deputado Vítor Paiva, a propósito do pedido de esclarecimentos do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina, confirmou que na verdade tinha ficado muito indignado porque o informaram que a casa que doara para venda de produtos regionais ia ser usada como casa mortuária, situação que não admitiria. ----- Em resposta o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso esclareceu que nunca ele dissera tal coisa até porque o que se dissera era que a antiga escola (em recuperação) caso alguém desejasse podia ser utilizada para velar defuntos mas nunca a casa de produtos regionais onde também funcionava a Junta de Freguesia (actualmente). Considerou que o senhor deputado Vítor Paiva lhe deveria ter

pedido pessoalmente informação / esclarecimentos, tendo-se evitado toda a situação entretanto criada. Agradeceu a documentação fornecida, sublinhando que nunca pusera em causa a doação do prédio mas tão só a atitude do senhor deputado Vítor Paiva. Terminou dizendo: “ eu meti-me nisto da política, a perder dinheiro e por interesse da minha freguesia. Posso ter feito mal ou posso ter feito bem. As pessoas me julgarão se assim o entenderem. Agora, eu estou por amor, não estou contra a aldeia e para mim essa sua posição deixou-me algumas dúvidas quanto ao seu amor pelo concelho.” -----

----- O senhor deputado Manuel Oliveira, na sua intervenção elogiou a Câmara Municipal pela obra de beneficiação (asfalto) da ligação ao Santuário do S. Bartolomeu e deste ao pontão para Coelhoso, bem como das obras iniciadas na “Cortinha” para realização das festas, a pedido da Junta de Freguesia de Argozelo. -----

----- No uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Campo de Víboras informou que comunicara à população de Campo de Víboras o pedido da Santa Casa da Misericórdia de Vimioso para custear as obras da Unidade de Cuidados Continuados. Referiu que a população não acolheu esse pedido favoravelmente argumentando que se não lhes deixavam fazer o Centro de Convívio também não contribuíam para obras noutros locais. -----

----- O senhor deputado António Frias solicitou, de novo, esclarecimentos acerca do facto do fornecedor Moisés Guerra afirmar que a Câmara não lhe comprava nada. -----

----- Respondeu o senhor Presidente da Câmara dizendo que as aquisições (compras) são feitas de acordo com as necessidades da Câmara. Reforçou , já o fizera o senhor Vice-Presidente, que tudo é transparente bastando solicitar a informação pretendida a secção de aprovisionamento, considerando natural que se compre mais a um fornecedor do que a outro em função do que a Câmara necessita, sendo que é política da Câmara , sempre que possível , comprar no mercado local. -----

----- No uso da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, alertou para a necessidade de retenção de água lembrando que já decorria o mês de Junho e o ano estava muito seco. -----

-- Interveio o senhor deputado Luís Diz. Na sequência da intervenção do senhor deputado António Frias acerca de se comprar a uns e não a outros disse: “ No

que concerne à Santa Casa da Misericórdia eu estive lá três anos e fui fornecedor desde mil novecentos e noventa e seis, tendo feito muito serviço e sem cobrar nada à Santa Casa da Misericórdia. No dia em que esta nova direcção assumiu, cortaram-me o fornecimento total de gás sem saber porquê nem porque não. Entretanto, pediram, recentemente orçamentos para fornecimento de gás do ano em curso. Que eu saiba sou um distribuidor de gás do concelho de Vimioso e do concelho de Miranda do Douro. Não fui contactado. Foram contactados colegas meus. Será uma questão política?”. ----- O senhor deputado José Carlos Gonçalves, interveio para solicitar à mesa que fosse retirada e não registada em acta esta última intervenção do senhor deputado Luís Diz, argumentando que não estava em discussão a Santa Casa da Misericórdia, sem que isso significasse impedir o direito de cada um se expressar livremente, até porque não estava na sessão ninguém da Santa Casa da Misericórdia para poder responder. -----

--- Respondeu a esta intervenção o senhor Presidente da Assembleia tendo referido que desde a primeira sessão foi prática os senhores membros da Assembleia expressarem-se livremente dentro das regras democráticas, pelo que não via nenhum problema em que fosse discutido o assunto em questão, donde, ele não seria retirado da acta. Sublinhou que não tinha medo de nada o que pudessem dizer de si próprio, considerando que se alguém se sentia ofendido que o diga sendo-lhe dada a possibilidade de se defender (defesa da honra). -----

O senhor deputado António Frias, na sequência da intervenção do senhor deputado Luís Diz, referiu que este já lhe havia dado conhecimento de tais factos. Ele próprio confrontou o senhor Provedor, tendo-lhe este dito que não era verdade que não tivesse sido comprado nada ao senhor Luís Diz, podendo-o comprovar com facturas. Mais ainda, disse o senhor Provedor que os serviços prestados pelo senhor Luís Diz tinham sido caros, levando mais caro pelo gás do que outros fornecedores. -----

- Interveio o senhor deputado José Luís. Compreendeu o pedido do senhor deputado José Carlos Gonçalves bem como a decisão e posição do senhor Presidente da Assembleia considerando que a liberdade de expressão deveria ser defendida e praticada. Respondeu ao senhor deputado Luís Diz aconselhando a colocar as questões levantadas no local próprio ou seja nas Assembleias-

gerais da Santa Casa. Disse ainda que o senhor Luís Diz não tinha referido que a Santa Casa, em cada garrafa de gás poupava dez euros. Continuou dizendo que era o senhor Luís Diz quem possuía a chave de acesso ao local do gás, sem que a Santa Casa da Misericórdia soubesse quando é que o gás acabava. -

----- Para responder foi dada a palavra ao senhor deputado Luís Diz. Disse: “ essa questão do gás ser mais caro, José Luís, gostaria que mo provásseis na altura do fornecimento, lá no sítio certo. De qualquer maneira, eu já disse ao António Frias dentro da amizade que há, já tínhamos discutido efectivamente. Isto é verdade, porque isto nada tem a ver com a amizade. Disseste-o e muito bem. Porém, disseste que me ias apresentar documentos e esses documentos ainda não vieram. Desde mil novecentos e noventa e seis, ainda está aí, felizmente, o ex-Provedor o senhor Amadeu Fernandes, todas as obras que eu fiz, e não são tão poucas como isso, sem cobrar um tostão à Santa Casa da Misericórdia, e ainda o posso provar se for necessário, que ainda dormiram lá ontem dois mil quatrocentos e oitenta contos de serviço que eu fiz lá e que não cobre nada por isso. Prova-me nas facturas que lá estão qual é o quantitativo, quando eu forneci durante doze anos a Santa Casa da Misericórdia e a partir daí vamos ver quem é que está a fazer mais caro. Outra questão, já que estamos nisto, eu tinha a minha companhia meia convencida a participar nas obras da cozinha. Quanto ao ter a chave, o encarregado sabia perfeitamente quando se substituía qualquer tipo de garrafa. Isso é uma suspeita um tanto ou quanto complicada, José Luís, é muito complicada essa suspeita. A certeza porém ele nunca fornecia sem o encarregado da cozinha saber disso. Vimioso não lucra nada em andar ao atira bola. Eu que sou um apoiante da Câmara Municipal pouco ou nada me tem comprado e ainda não me queixei. A santa Casa da Misericórdia achou que a mim não me devia comprar gás, não comprou e porquê? Achou que a mim não me devia consultar agora neste último fornecimento de gás e que eu não tinha esse direito de competir se podia ou não fazer preço; é que agora é diferente, eu agora não dou assistência, porque os outros também não dão assistência e aí posso competir de outra maneira. ----- Solicitou e foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara que, em resposta à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, relativamente à necessidade de reter a água, sublinhou estar tão ou mais preocupado que o senhor Presidente

da Junta de Freguesia. Referiu que essa preocupação era **traduzida** em actos, tendo destacado a limpeza efectuada nalgumas açudes, a construção de uma nova ETA no Rio Angueira bem como a construção de charcas, estando, inclusivamente, em processo de legalização uma na freguesia de Angueira. -----

-----**Ponto Três) PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Três Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal.** -----

----- Todos os membros da Assembleia estavam na posse da informação escrita (enviada antecipadamente). Não houve qualquer pedido de informação / esclarecimento. -----

----- **Ponto Três Ponto Dois) – Apreciação e Votação da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano de dois mil e oito.** -----

----- Introduziu este ponto o senhor Vice-Presidente. Remeteu para o documento (na posse dos senhores membros da Assembleia) tendo sublinhado que se tratava de documentos técnico-financeiros no âmbito do Pocal. -----
Não tendo havido pedidos de esclarecimento, este ponto foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Ponto Três Ponto Três) – Apreciação e Votação da Modificação número: onze – Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) número três do ano financeiro de dois mil e nove. -----

Ponto Três Ponto Quatro) – Apreciação e Votação da Modificação número: onze – Revisão ao Orçamento da Receita número quatro do ano financeiro de dois mil e nove. -----

Ponto Três Ponto Cinco) – Apreciação e Votação da Modificação número: onze – Revisão ao Orçamento da Despesa número três do ano financeiro de dois mil e nove. -----

----- Tratando-se de pontos / documentos relacionados entre si porque complementares, o senhor Presidente da Assembleia sugeriu, e foi aceite, que fossem apresentados e discutidos em conjunto, sendo que, a votação decorreria separadamente. -----

----- Introduziu os documentos o senhor Vice-Presidente. Informou tratar-se de uma alteração ao PPI, donde decorrem obrigatoriamente alterações aos orçamentos de receita e despesa. Esclareceu que estas alterações decorreram da necessidade de intro-

duzir novas rubricas e reforçar outras na sequência de candidaturas aprovadas, ao QREN. Terminou dizendo que, dado os atrasos do QREN não tinha sido possível incluir as obras, agora introduzidas, no momento da apresentação do PPI e Orçamento pois que, não se sabia se haveria ou não financiamento para as mesmas. ----- O senhor Presidente da Assembleia, porque não houve intervenções colocou cada um dos pontos à votação tendo, cada um deles, sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Ponto Três
Ponto Seis) – Apreciação e Votação do Projecto de Regulamento das Piscinas Municipais e dos Campos de Ténis de Vimioso. ----- Introduziu este ponto o senhor Vice-Presidente. Esclareceu que o regulamento, após ter sido aprovado em sede de reunião de Câmara esteve em discussão pública, não tendo havido qualquer sugestão de alteração. Era, agora, submetido à Assembleia para o apreciar e votar. ----- Não houve intervenções pelo que o senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Ponto Três
Ponto Sete) – Apreciação e Votação do Projecto de Regulamento do Parque de Campismo e Caravanismo de Vimioso. ----- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente referindo que este regulamento passara pelas mesmas fases do aprovado anteriormente pelo que se submetia à aprovação da Assembleia. Colocado à votação foi aprovado por unanimidade e em minuta. ----

Ponto
Três Ponto Oito) – Apreciação e Votação da Proposta de Constituição de Sociedade da Hidroequador – Exploração de Centrais Hidroeléctricas, Lda. ----- Introduziu este ponto o senhor Presidente da Câmara. Esclareceu que na sequência do projecto de recuperação de moinhos para produção de energia apresentado pela firma Hidroequador, esta mesma empresa convidou a Câmara a constituir uma sociedade em que a Câmara autoriza a instalação de turbinas nos dois açudes (Maças e Angueira) e receberá vinte por cento dos lucros obtidos, sem que, a Câmara tenha de entrar com qualquer verba para a constituição dessa sociedade – HIDROVIMIOSO. ----- O senhor deputado Aníbal do Rosário louvou esta iniciativa, tendo questionado se a sociedade era

fechada à participação de particulares. ----- Respondeu o senhor Presidente da Câmara dizendo que se trata de uma sociedade anónima cujos sócios são a Hidroequador e a Câmara, não estando prevista a entrada de particulares. ----- Na sua intervenção o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina, foi da opinião que a sociedade devia ser aberta a privados do concelho, ainda que, numa fase inicial, lhes fosse disponibilizada uma percentagem reduzida. -----

----- O senhor Presidente da Câmara, de novo, no uso da palavra sublinhou que a Câmara não entra com nenhum capital, e apenas terá vinte por cento dos lucros gerados, caso eles existam, donde não há qualquer risco para a Câmara Municipal até porque apenas autoriza a exploração hidroeléctrica das açudes. ----- No uso da palavra o senhor deputado Luís Diz louvou a iniciativa da Câmara Municipal, tendo sugerido, relativamente aos moinhos que as receitas obtidas pudessem ser reinvestidas na recuperação das casas adjacentes aos mesmos moinhos. -----

----- O senhor deputado Nuno Penascais colocou reservas quanto ao perigo que este projecto podia representar ao nível da utilização da água. ----- Respondeu o senhor Presidente da Câmara dizendo que só seria produzida energia nos açudes nos períodos de água corrente e nunca em qualquer outro momento. Nesta sequência, lamentou o facto de os organismos estatais impedirem, até à data, o alteamento dos açudes do Maçãs e do Angueira, obras fundamentais ao abastecimento de água ao concelho e que se revelariam também importantes na implementação de turbinas para a hidroenergia. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, questionou acerca da acessibilidade de licenças / autorizações para a recuperação dos açudes dos moinhos e respectiva utilização da água, considerando que nestes casos tudo é facilitado e no alteamento dos açudes do Angueira e Maçãs são colocados todos os obstáculos. -----

----- Respondeu o senhor Presidente da Câmara informando que os moinhos já possuem essa autorização daí o interesse da empresa Hidroequador em explorá-los. -----

----- Nessa sequência, o senhor deputado José Luís disse que poderiam e deveriam ser feitas intervenções em todos os açudes a montante da captação do

Angueira, dando como exemplo o trabalho realizado pela Junta de Freguesia de Angueira e população na recuperação dum açude para retenção de água. Considerou que a Câmara deveria ter outra visão relativamente à necessidade de retenção de água, considerando ainda que tem meios para fazer intervenções como a que a população de Angueira fez. Terminou dizendo que uma nova ETA é importante mas mais importante é a existência de água para que possa ser tratada na ETA. -----

----- Dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, este respondeu que já se referira a todos os investimentos realizados no âmbito da água para abastecimento às populações. Contudo, considerou que o senhor deputado José Luís, na sua intervenção e em tantas outras que já fez, transmitia sempre a ideia de que a Câmara nada fazia e o que fazia fazia-o mal. Disse não partilhar dessa ideia nem sequer estava disponível para este tipo de discussão que em nada contribuía para a resolução dos problemas. Considerou que deviam ser feitas críticas ou sugestões de melhorias, sendo que, a Câmara Municipal agradecia-as e procuraria sempre que exequíveis dar-lhes cumprimento / execução. Louvou o trabalho da Junta Freguesia de Angueira e de todas as juntas, defendendo que todos têm de trabalhar em conjunto e cooperar no sentido de resolver dos problemas. Agradeceu ao senhor deputado José Luís todas as suas intervenções no sentido construtivo, não aceitando críticas de falta de visão ou estratégia. Reforçou que a Câmara Municipal continuará a desenvolver todos os esforços no sentido de conseguir autorização para altear os açudes do Maçãs e do Angueira. Apelou mais uma vez à união de esforços no sentido de resolver os problemas do concelho. -----

--- O senhor deputado JoséLuís interveio para sublinhar que era justamente para contribuir para a resolução dos problemas que ele intervinha donde não o fazia de forma gratuita. Reforçou que o movia o desenvolvimento do concelho e não qualquer interesse particular. Terminou dizendo que relativamente à questão da água, os técnicos da Câmara tinham falta de visão ou não tinham a visão mais correcta. -----

----- No uso da palavra, o senhor deputado Aníbal do Rosário, no âmbito do projecto de recuperação dos moinhos questionou quantos é que iriam ser contemplados. Considerou a iniciativa muito boa tendo mesmo dado testemunho de moinhos já recuperados e a produzir energia em Moimenta, concelho de Vinhais.

Relativamente ao trabalho realizado pela Câmara no que concerne à retenção de água referiu que nas freguesias que melhor conhece, Matela e Santulhão, Câmara e Associação de Caçadores têm desenvolvido um grande e importante trabalho na construção de charcas, limpeza de bebedouros etc. Sublinhou o trabalho desenvolvido pela Câmara na manutenção dos caminhos, na defesa da floresta e na preocupação em armazenar água, bem demonstrativo na atenção dada à agricultura e aos agricultores. Concluiu dizendo que não é justo que a Câmara seja acusada de nada fazer nem ser sensível ao problema da água, tendo ainda louvado a iniciativa da Junta de Freguesia de Angueira e respectiva população no trabalho realizado em açudes, considerando, no entanto que quer Juntas de Freguesia quer população não podem alhear-se da resolução dos problemas que existem nas suas freguesias. ----- O senhor deputado Vítor Paiva, no uso da palavra, e na sequência da intervenção do senhor deputado Nuno Penascals, reportou para o objecto da sociedade a ser criada o qual garante que a água para consumo humano é sempre prioritária donde não há que temer que ela seja utilizada indevidamente ou prioritariamente para outros fins. ----- O senhor deputado António Frias deu os parabéns à Câmara Municipal por esta iniciativa de constituição da sociedade pois que, além de aproveitar os recursos do concelho, pode gerar receitas para o município. ----- O senhor deputado Luís Diz congratulou-se com esta iniciativa, tendo referido que há vinte anos atrás já a TURVIMIOSO previa este tipo de iniciativas. Louvou o trabalho do senhor deputado Acácio Fernandes pois que quando exerceu as funções de Vice-Presidente da Câmara, foi um dos principais impulsionadores na construção de represas. ----- Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires. Sublinhou que a intervenção do senhor deputado Aníbal revelava que a Câmara trabalhou mais numas freguesias e menos noutras, designadamente em Angueira, daí o facto de constantemente reivindicar trabalhos e ajudas para a sua freguesia, que pretende vê-la mais desenvolvida. Referiu que não raras vezes ele próprio com a sua máquina realiza trabalho, gratuitamente, para a freguesia sendo que, por vezes, ainda há na freguesia quem considere que a junta nem o gásóleo devia pagar. ----- Solicitou e foi autorizado a intervir o senhor deputado Aníbal do Rosário. Referiu que o senhor Pre-

sidente da Junta de Freguesia de Angueira devia pedir sempre mais para a sua terra até porque era também isso que lhe competia como presidente eleito. Quanto ao facto de ele próprio trabalhar pessoalmente em trabalhos da freguesia considerou perfeitamente natural tendo dado o seu próprio exemplo enquanto provedor da Misericórdia de Santulhão, sublinhando que quando se representam instituições dá-se sempre do que é nosso. ----- Não tendo havido mais pedidos de intervenção o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação. Foi aprovado por unanimidade e em minuta. -----

----- **Ponto Três Ponto**

Nove) Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- O senhor deputado António Frias fez a seguinte intervenção: “julgo que há aí pessoas no rendimento mínimo. O rendimento mínimo não é para governar pessoas que podem trabalhar e governá-las à boa vida. Há pessoas de vinte, trinta anos que podem trabalhar e estão-lhe a dar o rendimento mínimo. Preferia que essas pessoas estivessem empregadas ou a trabalhar nos caminhos vicinais ou noutras coisas, e caso não quisessem o rendimento mínimo seria-lhe cortado, porque eu acho uma vergonha a quem se dá o rendimento mínimo neste concelho. Algumas pessoas a quem se dá o rendimento mínimo são pessoas com uma capacidade muito melhor que a minha para trabalhar.” ----- Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia para esclarecer: “ primeiro, quem atribui o rendimento mínimo não tem nada a ver com entidades locais nem regionais, é Lisboa é o Ministério. As pessoas entregam os documentos, rendimentos etc. e depois Lisboa atribui ou não. O núcleo local do Rendimento mínimo de Vimioso apenas e só faz o programa de inserção àqueles a quem lhe foi atribuído o dinheiro. Eu estou lá, tem um elemento da segurança social, um elemento do emprego, tem um elemento da escola e tem um elemento da Câmara. Também o informo que o emprego também tem dificuldade, às vezes, arranja emprego e eles não o querem. Os elementos que trabalham mais são os elementos da Câmara e do emprego. Agora quem atribui o rendimento, isso é que eu gostava que ficasse claro, não é Vimioso, não é Bragança é Lisboa baseado nos elementos que as pessoas entregam”. ----- Usou da palavra o deputado António Frias: “o que eu tenho a dizer é o seguinte: a Câmara em primeiro lugar também deve ser uma entidade empregadora. Está muita gente a trabalhar na Câmara, pois

está, e ainda bem que está, porque eu prefiro a vê-los fazer alguma coisa, do que ver as pessoas ali sentadas à porta, como muitas estão que podem trabalhar, e até nos gozam. A Câmara aqui também poderia investir na inserção desse pessoal, não querem, o rendimento mínimo tem que se mandar para baixo para lhe ser cortado, tem que ser assim”. -----

----- Usou da palavra o deputado José Luís, disse: “ eu julgo que estamos aqui a confundir um bocadinho o que é que é o rendimento social de inserção, que anteriormente se chamava rendimento mínimo garantido. O rendimento mínimo garantido na altura foi criado, foi das medidas mais justas, sem dúvida, e continua a ser uma medida justa. A dificuldade está realmente nas comissões locais de acompanhamento em saber gerir. Em Vimioso até nem se põe essa questão. Mas houve situações de algumas comissões em que realmente chegaram até a ser ameaçados os elementos porque aquilo mexia com as pessoas e o rendimento mínimo garantido ou agora social de inserção não é só para aqueles que vocês dizem de malandros. Há famílias de indivíduos que trabalham, inclusivamente tivemos um trabalhador da Câmara em que a família estava a receber o rendimento mínimo garantido. Era trabalhador aqui da autarquia só que a dimensão do agregado familiar era tal que lhe dava direito ao rendimento mínimo. A filosofia do rendimento mínimo garantido era dar a cada português o mínimo suficiente para ter uma vida condigna”. Reportando-se às questões de segurança referiu, como já o fizera em sessões anteriores a necessidade de colocar barras de protecção em dois locais, a saber, à saída da ponte de S. Joanico, do lado direito, no sentido de Angueira, e no parque de merendas que a Junta de Freguesia de Vimioso fez na estrada das Três Marras antes do cruzamento para S. Joanico. Felicitou a Câmara pela colocação dos ecopontos considerando que deveria existir uma fiscalização cuidada para ver quando estavam cheios e até para verificar e certificar que as pessoas não colocam os lixos nos contentores indevidos. ----- Para responder foi dada a palavra ao senhor Vice-Presidente. Quanto às questões de segurança nas estradas municipais informou que já tinha sido dado conhecimento aos técnicos e que, inclusivamente já tinham sido pedidos orçamentos para colocação das barras protectoras. Relativamente aos ecopontos referiu que já há muito tempo que tinha sido solicitada a sua colocação em todas as sedes de freguesia à empresa Resíduos do Nordeste, e só não houve resposta imediata

porque os que o contrato previa já tinham sido colocados, donde foi necessário proceder a nova negociação com a referida empresa. -----

----- No uso da palavra, o senhor deputado Luís Diz concordou com a intervenção do senhor deputado António Frias a propósito dos beneficiários do rendimento mínimo, considerando que poderiam ser colocados nos trabalhos de limpeza de bermas das estradas ou florestas. -----

-----Interveio o senhor deputado Acácio Fernandes. Disse:” sendo provavelmente esta a minha última reunião nesta Assembleia, quero desejar aos candidatos às eleições autárquicas uma boa campanha e desejar aos novos eleitos que cumpram efectivamente o juramento que irão prestar na tomada de posse. Como dizia o Engenheiro Sousa Veloso despeço-me com amizade mas, digo, não até ao próximo programa mas, até sempre. Felicidades a todos.” -----

No uso da palavra o senhor deputado Vítor Paiva referiu: “cumpre-me aqui dar conhecimento de ter sido instalada a Assembleia Intermunicipal de Trás-os-Montes e que os três elementos que vocês elegeram, os três tomaram posse, por isso, neste momento, a Assembleia intermunicipal de Trás-os-Montes já está em pleno funcionamento. Digo isto com orgulho e os colegas que me acompanharam também o devem dizer porque fazemos parte de uma história que acabou por nascer com a Associação dos Municípios de Trás-os-Montes. A todos que nos elegeram muito obrigado e sempre estarei à disposição para dar informações do que se passar nas possíveis reuniões que lá tivermos. -----

O senhor Presidente da Câmara no uso da palavra agradeceu ao senhor deputado Acácio Fernandes o trabalho e a colaboração ao longo do mandato, sublinhando que colocou sempre os interesses do concelho acima de qualquer outro. Deixou os votos de felicidades e o compromisso de, caso seja eleito, honrar como até aqui, o cargo. -----

----- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente. Referiu: “ a vida tem destas coisas, a minha relação com o professor Acácio já vem de há muito tempo. Foi meu professor, já fomos adversários mas, de facto o que conta mais nestas coisas, e o que se aplica ao professor Acácio aplica-se a todos, é a amizade que fica, o bom relacionamento que temos. Embora umas vezes se concorde e outras vezes se discorde, o facto é que como disse o senhor Presidente, e até para surpresa de muitos desta Assembleia, todos o sabem soube pôr à frente tudo, nunca os interesses políticos ou

partidários mas sim os interesses do concelho, e quantas vezes aqui o fez, os interesses do próprio país exprimindo-se livremente dizendo aquilo que pensa. Acho que é um exemplo daquilo que também os que cá ficarem deverão fazer: dizer aquilo que pensamos, obviamente aceitar o contraditório, respeitarmo-nos uns aos outros e procurar que o concelho no dia de amanhã seja melhor do que hoje”. ----- Usou da palavra o senhor Vereador Jorge Fernandes. Disse: “Eu só venho aqui cumprimentar o deputado Acácio e os demais deputados meus colegas de eleição. Uma vez que falou de candidaturas às próximas eleições autárquicas e que ele diz que provavelmente não estará aqui no próximo mandato; se calhar já é uma decisão que tem tomada, apelou a que houvesse uma campanha pela positiva, pela construtiva. Da minha parte, e penso também de quem representa a Câmara, penso que da nossa parte haverá uma preocupação em fazer uma campanha pela positiva, porque eu entendo e a minha forma de estar nisto é pelo concelho acima de tudo. Todos os que aqui estamos penso que ao longo destes quatro anos tentamos dar o nosso melhor contributo ao concelho, embora haja aqui muita gente que participou pouco e entendo que podia ter sido bastante mais participativa por todos”. -----

----- **Ponto Quatro) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Não se registaram intervenções neste período. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O 1º Secretário da Assembleia Municipal

O 2º Secretário da Assembleia Municipal
